



MINISTÉRIO DA FAZENDA

siconfi Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

REGRAS GERAIS E INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DAS DECLARAÇÕES DO SICONFI

**Regras Gerais e Instruções de Preenchimento
do Relatório de Gestão Fiscal - RGF**

2018

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Henrique de Campos Meirelles

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE NORMAS DE
CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Leonardo Silveira do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE ÀS NORMAS DE
CONTABILIDADE APLICADAS À FEDERAÇÃO

Bruno Ramos Mangualde

GERENTE DE NORMAS E PROCEDIMENTOS DE
GESTÃO FISCAL

Cláudia Magalhães Dias Rabelo de Sousa

EQUIPE TÉCNICA

Cristina Quintão Vieira

Daniele Muniz de Oliveira Silva

Jeanne Vidal de Araujo

Jordão Mota Gonçalves

Maria José Pereira Yamamoto

Sérgio Amorim de Oliveira

Thiago de Castro Sousa

Washington Nunes Leite Junior

Correio Eletrônico: siconfi@tesouro.gov.br

Página Eletrônica: www.tesouro.fazenda.gov.br
www.siconfi.tesouro.gov.br

Sumário

PREFÁCIO	4
OBJETIVO	4
ALCANCE	4
ASPECTOS GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	5
Estrutura do RGF no Siconfi	5
Alterações do RGF com a 8ª edição do MDF	6
FORMAS DE ENVIO DO RGF	7
a) Carregar MSC (matriz de saldos contábeis)	7
b) Carregar a planilha gerada pelo sistema	9
c) Preencher o formulário web na tela (online)	12
d) Carregar instância XBRL	12
ORIENTAÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO	13
Arredondamento dos campos de percentual	13
Outras orientações	13
ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DE PREENCHIMENTO	16
REGRAS DE VALIDAÇÃO	18
Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (principais erros)	20
Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL (principais erros)	26
Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (principais erros)	35
Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito (principais erros)	37
Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (principais erros)	43
Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (principais erros)	46

PREFÁCIO

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de uniformizar procedimentos, descrever rotinas e servir de instrumento de racionalização de métodos relacionados à elaboração dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, considerados fundamentais para o avanço na transparência da gestão fiscal e no controle social, publica regularmente o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF. Para que se cumpra o objetivo de uniformização de procedimentos, as orientações estabelecidas no MDF baseiam-se nas recomendações do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios – GTREL, que se reúne duas vezes no ano.

A STN publicou a Portaria nº 896, de 31 de outubro de 2017, que teve como objetivo estabelecer regras acerca da periodicidade, formato e sistema para o recebimento, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi, dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2018.

De acordo com a citada portaria, os Poderes e Órgãos deverão preencher os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao exercício de 2018 no Siconfi, até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, a partir do 1º quadrimestre de 2018.

Ressalta-se que os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optarem pela publicação semestral do RGF, nos termos do art. 63 da Lei Complementar nº 101, de 2000, deverão registrar essa opção no Siconfi e, a partir de então, o sistema disponibilizará, para preenchimento, as declarações semestrais de acordo com essa opção. Para mais informações sobre o modo de efetuar essa alteração na periodicidade da publicação dos relatórios fiscais, ver o [Manual de Procedimentos do Siconfi](#) (no sítio do Siconfi, ir no menu horizontal > Publicações > Manual de Procedimentos).

OBJETIVO

Estas regras gerais e instruções de preenchimento tem por objetivo orientar os usuários do Siconfi no preenchimento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), conforme a Portaria STN nº 896 de 31 de outubro de 2017, e são complementares às orientações de elaboração do RGF constantes no **MDF 8ª edição**, disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>. Recomenda-se que o usuário leia antes o **Manual de Procedimentos do Siconfi**, disponível em:

<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=13703>

ALCANCE

Esta Instrução se aplica a todos os entes da Federação que devem enviar seus relatórios de gestão fiscal, de acordo com os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

O RGF deverá ser elaborado pelos Poderes e Órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

No Siconfi há também a possibilidade de envio do RGF pelos Consórcios Públicos, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 14 da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016.

ASPECTOS GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) traz um conjunto de anexos com o comparativo dos respectivos **limites**, tendo por finalidade avaliar a gestão fiscal do titular do órgão.

No Siconfi, todas as **ASSINATURAS** no RGF devem ser realizadas utilizando-se certificação digital, sendo aceitos somente os certificados do tipo e-CPF (pessoa física), modelo A3, conforme o padrão ICP Brasil, conforme disciplinado no §2º do art. 12 da Portaria STN nº896/2017. A única assinatura exigida é a do Titular do Órgão (Prefeito, Governador ou Presidente; Presidente da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal; Presidentes de tribunais, etc). Os usuários que possuem assinatura opcional no sistema são o responsável pelo controle interno, o responsável pela administração financeira, o contador responsável, o vice-prefeito e o diretor-geral. Atualmente, o Siconfi teve que disponibilizar um novo mecanismo de assinatura, e para mais informações a respeito acesse o seguinte link:

<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=8103>

Estrutura do RGF no Siconfi

A estrutura do RGF no Siconfi está definida da seguinte forma: cada anexo está em uma aba na tela “Relatório de Gestão Fiscal” (RGF-Anexo 01; RGF-Anexo 02; RGF-Anexo 03; RGF-Anexo 04; RGF-Anexo 05; RGF-Anexo 06), e dividido pelos filtros “Tabela”, “Quadro” e em alguns casos “Rótulo”.

Página Inicial / Área Restrita / Elaborar Declaração / Formulário

Relatório de Gestão Fiscal Ajuda

Exercício: 2015
 Período: 3º trimestre
 Ente: Betim/MG
 Poder: Executivo
 Órgão: Prefeitura Municipal de Betim - MG

Taxonomia: Taxonomia 2016 Produção-Fórmulas - v3
 Vigente desde: 04/05/2016

RGF-Anexo 01 | RGF-Anexo 02 | RGF-Anexo 03 | RGF-Anexo 04 | RGF-Anexo 05 | RGF-Anexo 06

Tabela: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Quadro: Despesa com Pessoal

Exibir informações da célula

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.291.922.915,46	86.434.980,66
Pessoal Ativo	12.103.963.905,59	86.070.522,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.187.959.009,87	364.458,02
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		

Alterações do RGF com a 8ª edição do MDF

O Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª edição (válido a partir de 2018) trouxe algumas alterações no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), destacando-se as seguintes:

- a) **ANEXO 1:** alteração na tabela do demonstrativo para que as despesas sejam apresentadas mês a mês, além da apresentação do total acumulado nos últimos doze meses; inclusão de linhas, identificando, dentre as despesas com “Pessoal Ativo”, os “Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis”, as “Obrigações Patronais” e os “Benefícios Previdenciários”, e, dentre as despesas com “Pessoal Inativo e Pensionistas”, as “Aposentadorias, Reserva e Reformas”, as “Pensões” e “Outros Benefícios Previdenciários”.
- b) **ANEXO 2:** No quadro “Outros Valores não Integrantes da DC”, houve a inclusão das linhas “Dívida contratual de PPP”, que deveria ter sido incluída na 7ª edição, na qual ficou definido que o passivo de PPP não integraria a DC, e das linhas “Depósitos e Consignações sem Contrapartida” e “Apropriação de Depósitos Judiciais – LC 151/2015”.
- c) **ANEXO 3:** reformulação completa da tabela do demonstrativo para que sejam apresentadas as informações mais relevantes de acordo com o disposto na LRF.
- d) **ANEXO 4:** Alteração da forma de cálculo do total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite.
- e) **ANEXO 5:** No detalhamento do item “TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)” houve a inclusão da linha “Outros Recursos não Vinculados”.
- f) **ANEXO 6:** Nos demonstrativos dos Estados, DF e Municípios, no campo “RECEITA CORRENTE LÍQUIDA” foi incluída a linha “Receita Corrente líquida Ajustada”.

Para informações mais detalhadas sobre as alterações, consultar a Síntese de Alterações e o MDF – 8ª edição na página do Tesouro na Internet: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>

FORMAS DE ENVIO DO RGF

Para o exercício de 2018, a [Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017](#), trouxe a obrigatoriedade do envio dos dados por meio da Matriz de Saldos Contábeis –MSC (item “a” abaixo) para os estados, DF, capitais e demais municípios com RPPS. Para o restante dos municípios, existem quatro opções de envio do Relatório de Gestão Fiscal (RGF):

- Carregar MSC (matriz de saldos contábeis);
- Carregar a planilha gerada pelo sistema;
- Preencher o formulário web na tela (online);
- Carregar instância XBRL.

a) Carregar MSC (matriz de saldos contábeis)

A **MSC** (matriz de saldos contábeis) é uma estrutura padronizada apta a representar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade do Ente, evitando possíveis falhas no processo de preenchimento (não há necessidade de digitação), com o objetivo de gerar relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa estrutura reúne uma relação de contas contábeis e de informações complementares, produzida a partir do [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Estendido](#), semelhante a um balancete de verificação.

A Portaria STN nº 896/2017 estabeleceu, dentre outras disposições, a obrigatoriedade para os estados, DF, capitais e demais municípios com RPPS enviarem a MSC em 2018. O prazo para envio da MSC é de até 30 dias após o término do mês de referência.

Ente Federativo	Mês de Referência
Estados, DF e capitais	Janeiro de 2018
Demais municípios que possuam RPPS	Julho de 2018
Demais municípios que não possuam RPPS	Janeiro de 2019

O envio da MSC será realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, utilizando informações **agregadas e não consolidadas**. Por esse motivo, os demais poderes e órgãos deverão ser evidenciados na MSC utilizando a informação complementar “Poder e Órgão”.

A MSC poderá ser carregada no Siconfi utilizando dois formatos: CSV e XBRL GL. Ambos os formatos devem ser **zipados** antes do carregamento. No caso do formato “.csv”, atentar quando abrir as informações em editor de planilhas. Para as informações complementares que possuírem como valor 0 (zero) à esquerda, categorizá-los como campo de texto. No caso do formato **CSV**, o arquivo deverá estar de acordo com o leiaute publicado válido para o exercício (inclusive em relação à quantidade e ordem das colunas), respeitando algumas definições:

- Não deve existir separador de milhares e caracteres especiais na coluna de valor;
- Os separadores decimais devem conter “ponto”, e não “vírgula”;

- c) A pontuação apresentada nas informações complementares é apenas formatação.

Deve-se ressaltar que o carregamento da MSC não preenche alguns campos do **Anexo 1 do RGF** (campos “Receita Corrente Líquida – RCL (IV)” e “(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)”, no quadro “DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal”) e nem todo o **Anexo 3** e o **Anexo 6, ambos do RGF**. Dessa forma, esses campos deverão ser preenchidos manualmente direto no rascunho do relatório.

Caso o ente não adote ou adote parte das informações nos padrões solicitados pela MSC, o mesmo deverá realizar um **De-Para**. Esse procedimento pode ser feito tanto no Siconfi quanto fora dele (nos sistemas dos entes). A ferramenta de De-Para do Siconfi não realiza mapeamentos automáticos. Porém, uma vez realizado o mapeamento, o mesmo pode ser copiado para exercícios seguintes. Caso a tabela do ente seja alterada, somente as informações diferentes deverão ser mapeadas. O **leiaute** e as **informações complementares** são válidos para exercícios específicos, de acordo com Portaria publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional. O mapeamento (De-Para) das contas contábeis e das informações complementares no Siconfi poderá ser realizado no exercício anterior ao da vigência das informações.

Informações sobre as regras gerais, leiaute e template da MSC 2018, e procedimentos para mapear contas no Siconfi (De-Para), podem ser consultados na página do Siconfi (<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>), indo no **menu “Matriz de Saldos Contábeis”** e **“Documentação”**.

IMPORTANTE

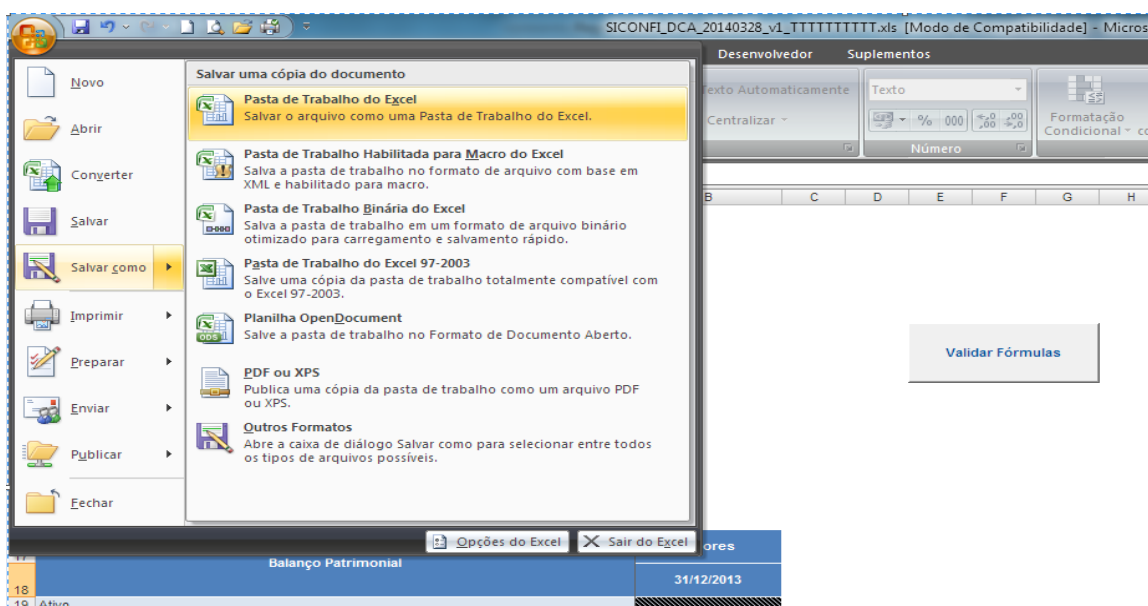
Uma vez carregada no Siconfi, a MSC não poderá ser excluída. Porém, a MSC poderá ser reenviada no caso das declarações de todos os poderes e órgãos estarem no status rascunho (todos os rascunhos serão substituídos com o reenvio). A MSC não poderá ser reenviada nos seguintes casos:

- a) Disposição contrária do respectivo Tribunal de Contas;
- b) A MSC tenha gerado um relatório (RREO, RGF e DCA) e o mesmo tenha sido assinado. Nesse caso, a assinatura deve ser quebrada para o reenvio da nova MSC;
- c) A MSC tenha gerado um relatório que tenha sido homologado. Nesse caso, a alteração deve ser feita no relatório, incluindo notas explicativas.

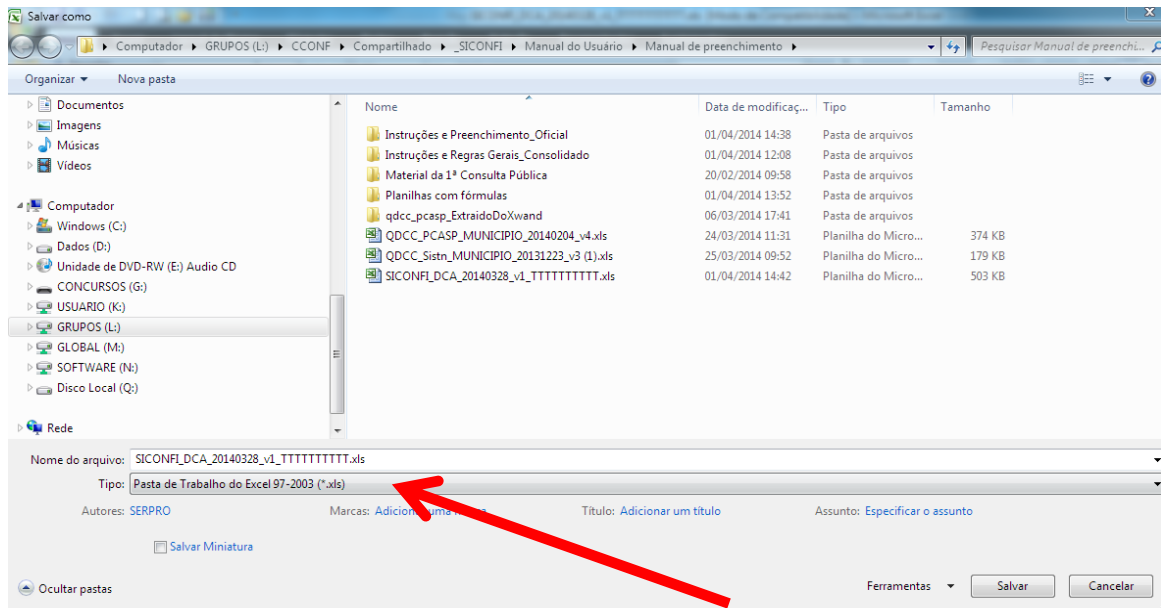
b) Carregar a planilha gerada pelo sistema

O Siconfi utiliza como padrão a planilha eletrônica do Excel, porém nada impede que o usuário utilize outras planilhas, tal como a do Libre Office (software livre). Para gerar a planilha, o usuário deverá ir à área restrita, em Menu do Sistema > Declaração > Gerar Planilha. Na tela “Gerar Planilha”, selecionar os filtros “Exercício”, “Declaração”, “Periodicidade” e “Período”, e clicar no botão “Gerar Planilha”.

Em qualquer uma das ferramentas de edições de planilhas eletrônicas a extensão do arquivo a ser salvo é a “.XLS”. Para isso, o usuário após preencher a planilha deverá clicar salvar como **.XLS**, conforme procedimentos a seguir:



Salvar como **Pasta de trabalho do Excel 97-2003 (*.xls)**



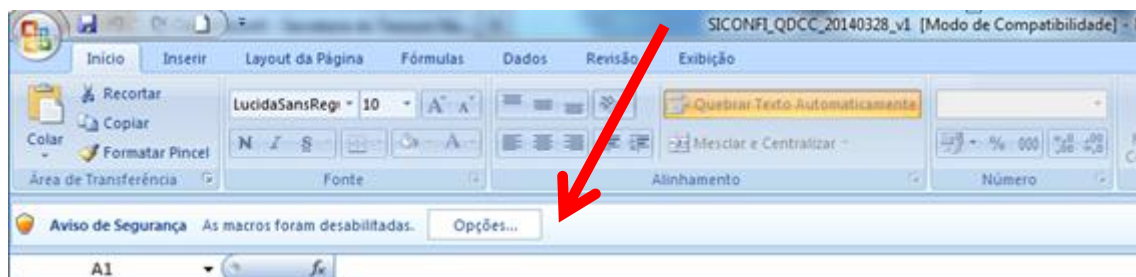
Após a inserção dos dados, o usuário poderá validar os valores informados clicando no botão “VALIDAR FÓRMULAS”, que se encontra no alto da aba Anexo 01 (para aparecer o botão é necessário habilitar o uso de macros na planilha, conforme explicado adiante). No entanto, cabe ressaltar que o botão “Validar Fórmulas” somente está disponível na planilha Excel.

Ao realizar este procedimento, o usuário terá uma validação dos somatórios presentes nas planilhas. Vale destacar que a validação necessária do arquivo será realizada pelo sistema. Para isso, o usuário deverá entrar no “Menu Declaração”, opção “Elaborar Declaração”, funcionalidade “Carregar Planilha”. Após o carregamento, a declaração será exibida na tela em formato de formulário. Ao clicar no botão “Finalizar”, o sistema realizará a validação completa das informações.

Utilizando o botão Validar Fórmulas da Planilha

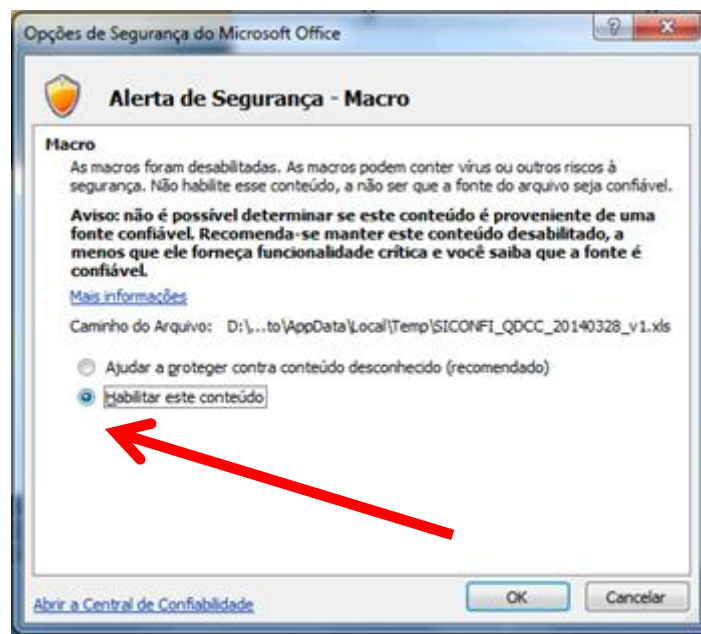
Para utilizar o botão “VALIDAR FÓRMULAS”, o usuário deverá seguir o roteiro abaixo:

1º passo: Ao abrir a planilha de preenchimento aparecerá um aviso de segurança, conforme a mensagem abaixo:



Clique no botão “Opções”.

2º passo: Ao clicar no botão Opções, surgirá o alerta de segurança abaixo descrito:



Clique no botão “Habilitar este conteúdo”.

Ao efetuar este procedimento, a planilha estará apta a realizar a validação de fórmulas.

Para realizar a validação, insira os valores nos campos de todos os anexos da planilha de preenchimento e clique no botão “Validar Fórmulas”, localizado na parte superior da aba Anexo 01.



O Siconfi verificará e acusará os preenchimentos divergentes das regras de preenchimento ou de validação, impedindo que os dados informados sejam finalizados ou enviados.

OBSERVAÇÃO: As planilhas são bloqueadas pelo sistema para evitar que tenham sua estrutura alterada, impossibilitando o carregamento no Siconfi. As únicas células protegidas por senha são os cabeçalhos da planilha. As demais células estão abertas para receber valores, os quais inclusive podem ser copiados e colados. Para não alterar a estrutura da planilha e corrompê-la, sugerimos a exportação dos valores do

sistema contábil para outra planilha, e a cópia e cola dos valores para as células corretas dentro da planilha Siconfi.

IMPORTANTE

O botão “Validar Fórmulas” está habilitado apenas para a utilização na planilha Excel. Qualquer outro tipo de planilha eletrônica (*ex.: open Office*) não terá esta funcionalidade habilitada.

A validação da planilha eletrônica gerada pelo Siconfi é informativa e acessória. Erros de aproximação podem ser acusados devido ao uso de diferentes versões de software ou até pela utilização de editores de planilha eletrônica diferentes. O Siconfi está configurado para receber valores de até **duas casas decimais**. Para evitar incompatibilidades de arredondamento entre o sistema Siconfi e os editores de planilhas, especialmente o aplicativo Microsoft Excel, sugere-se utilizar a **fórmula ARRED** para o cálculo do percentual (itens 1 e 2 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)).

Reforça-se que a validação necessária e suficiente para o sistema é a do sítio do Siconfi, e não a validação auxiliar da planilha eletrônica gerada pelo sistema.

c) Preencher o formulário web na tela (online)

Para o envio do RGF utilizando o formulário web (preenchimento online na tela), deve-se ir ao seguinte caminho na área restrita: Menu do Sistema > Declaração > Elaborar Declaração, e após selecionar as opções nos filtros, clicar no botão “Preencher Declaração”. Importante observar que não existem fórmulas de somatório nas células.

O usuário poderá colar valores da planilha gerada pelo seu próprio sistema contábil e copiar no formulário web, facilitando dessa forma o trabalho de preenchimento. Outro ponto é que o sistema automaticamente salva os dados constantes no formulário após alguns minutos com a tela aberta. Dessa forma, é possível preencher alguns dados, salvar a declaração e sair da área restrita do Siconfi, para em outro momento entrar e continuar o preenchimento de onde parou.

d) Carregar instância XBRL

Outra forma de envio do RGF é utilizar arquivo de instância XBRL (arquivo de extensão .xml). Para carregar a instância, o usuário deverá acessar na área restrita, o Menu do Sistema > “Declaração” > “Elaborar Declaração” e, após preencher as opções dos filtros, clicar no botão “Carregar Instância XBRL”.

Importante ressaltar que a instância XBRL deverá ser criada pelo usuário, seguindo as informações contidas na “**Guia de Implementação da Taxonomia – RGF 2018**”, disponibilizada em:

<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=581>

ORIENTAÇÕES GERAIS DE PREENCHIMENTO

Orientações Gerais são diretrizes para o correto preenchimento das informações constantes nos campos do RGF no Siconfi, com o objetivo de esclarecer dúvidas e complementar as orientações que já constam no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF). Um dos principais problemas levantados pelos usuários do Siconfi se refere ao **arredondamento** dos valores nos campos de percentual dos limites (ver itens 1 a 3 abaixo).

Arredondamento dos campos de percentual

1. Nos campos relativos ao percentual sobre a receita corrente líquida (RCL) ajustada, o número a ser inserido deverá ser o resultado da divisão do valor pela RCL ajustada, multiplicado por 100. No caso de preenchimento no formato de planilha, para evitar incompatibilidades de arredondamento entre o sistema Siconfi e os editores de planilhas, especialmente o aplicativo Microsoft Excel, sugere-se utilizar a fórmula **ARRED** para o cálculo do percentual.

Exemplo: no Anexo 01 (Demonstrativo da Despesa com Pessoal), o % sobre a RCL Ajustada da Despesa Total com Pessoal será 47,56:

A		B	C
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
		Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		11.299.545,37	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)		159.646,78	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		11.139.898,59	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)		5.298.312,59	47,56
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		6.015.545,24	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		5.714.767,98	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		5.413.990,72	48,60


2. **Fórmula ARRED:** para se chegar ao resultado acima, preencher a caixa de fórmula com a seguinte expressão (em vez do valor, pode ser inserido o endereço da célula, por exemplo, Bxx, onde B é a coluna e xx é o número da linha):
=ARRED(B42/B41*100;2).

C42 :

3. Caso o problema de arredondamento ainda persista no momento da finalização da declaração, sugere-se acessar o [Fale Conosco](#) na página do Siconfi na Internet, relatando a dificuldade e anexando a imagem da tela e a **planilha Excel** que contém os dados da declaração.

Outras orientações

4. O RGF deverá trazer algum valor informado, ou seja, não é possível finalizar a declaração com todos os campos zerados. Caso o usuário tente finalizá-la, aparecerá a seguinte mensagem de erro:

 A finalização da coleta só pode ser realizada quando algum valor for informado.

5. Os campos do RGF somente aceitarão valores numéricos com apenas **duas casas decimais**. A exceção encontra-se nas “notas explicativas” e na “identificação do quadrimestre em que excedeu o limite e dos períodos de retorno”.
6. Os valores deverão ser inseridos em unidades de reais (R\$), sem a possibilidade do uso de escalas (Ex.: os valores não deverão ser representados em milhares de R\$).
7. Os **campos numéricos de todos os Anexos deverão ser maiores ou iguais a zero**, com **exceção** dos campos da coluna “DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)” do ANEXO 05 e da linha “DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL” do ANEXO 02, que poderão receber valores positivos e negativos. Deve-se observar que **mesmo campos que deduzem devem ser informados com valores maiores que zero**. Se em uma célula não há dado a ser informado, pode-se deixá-la em branco, sem a necessidade de digitar o zero. Para alguns campos (ver relação de erros de validação e as observações específicas de preenchimento), será necessário informar se houve valor ou zero se não houve (exemplo: erros de preenchimento necessário – N).
8. **Fonte de Recursos:** conforme a 8ª edição do MDF, as fontes de recursos já estão previamente definidas. Dessa forma, para o correto preenchimento do ANEXO 05 (Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar), que aparecerá somente no último RGF do exercício (3º quadrimestre ou 2º semestre, conforme o caso), as informações utilizadas pelo ente deverão ser padronizadas em relação às fontes utilizadas no Siconfi. Para mais detalhes, consultar o item [Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar \(principais erros\)](#).
9. O RGF deve abranger também os **consórcios públicos**, visto que eles integram a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados. Logo, essas orientações e validações para a elaboração dos demonstrativos se aplicam, no que couber, aos entes federados consorciados e aos consórcios públicos, de acordo com as normas estabelecidas pela Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016.
10. As **Defensorias Públicas** também deverão elaborar o RGF conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais 8ª edição – STN. Assim, esses órgãos preencherão os Demonstrativos de Despesa com Pessoal e Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar.

11. As instruções de preenchimento para cada campo do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) estão detalhadas na **8ª edição** do Manual de Demonstrativos Fiscais (**MDF**), disponível em meio eletrônico no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS DE PREENCHIMENTO

Orientações específicas são diretrizes para o correto preenchimento das informações constantes em alguns campos dos anexos, para dar maior consistência aos dados do RGF. Deve-se destacar que essas orientações não impedem o preenchimento desses campos se forem informados de outra forma.

1. ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL: no quadro “Despesa com Pessoal”, o valor informado no campo “Pessoal Inativo e Pensionistas” deve ser maior ou igual ao valor informado no campo “Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados”.
2. ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL: no quadro “Despesa com Pessoal”, o valor informado no campo “DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)” não deve ser maior do que o valor informado no campo “DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)”.
3. ANEXO 3 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES: o valor informado no campo “TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)” não deve ser maior do que o valor informado no campo “TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)”.
4. ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO: para as linhas do quadro “Operações de Crédito”, os valores informados na coluna “No Quadrimestre de Referência” não podem ser maiores do que os valores informados na coluna “Até o Quadrimestre de Referência (a)”.
5. ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR: o valor informado na célula correspondente à linha “Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação” e coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” deve ser maior do que zero.
6. ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR: o valor informado na célula correspondente à linha “Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde” e coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” deve ser maior do que zero.
7. ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR: o valor informado na célula correspondente à linha “Transferências do FUNDEB 60%” e coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” deve ser maior do que zero.
8. ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR: o valor informado na célula correspondente à linha “Transferências do FUNDEB 40%” e coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” deve ser maior do que zero.

9. ANEXO 5 – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR: o valor informado na célula correspondente à linha “Recursos Ordinários” e coluna “Disponibilidade de Caixa Bruta” deve ser maior do que zero.
10. O valor informado nos campos de **receita corrente líquida ajustada** (ou RCL para União) para o período de referência deve ser o mesmo em todos os anexos (1, 2, 3, 4 e 6). Da mesma forma, o campo de **RCL** informado nesses anexos deve ter o mesmo valor da RCL informada no Anexo 3 do RREO do período de referência. A RCL é importante pois representa a base de cálculo do cumprimento dos limites.
11. Caso haja algum valor informado de operação de crédito realizada no ANEXO 4 – DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, e essa operação não tiver sido quitada durante o exercício de referência, então deverá ser informada essa dívida no ANEXO 2 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA. O Anexo 4 detalha as operações de crédito realizadas no período, ou seja, os empréstimos e financiamentos tomados (fluxo), enquanto o Anexo 2 detalha os saldos da dívida consolidada, ou seja, o quanto o ente ainda deve das operações de crédito tomadas anteriormente (estoque).

REGRAS DE VALIDAÇÃO

1. Regras de validação são conferências matemáticas (somatórios, diferenças, divisões e comparações entre células) realizadas pelo Siconfi com a finalidade de verificar o correto preenchimento dos Anexos do RGF.
2. Quando se gera **planilha** e, após o preenchimento, o usuário aperta o botão “Validar Fórmulas” (ver o item [“a\) Carregar a planilha gerada pelo sistema”](#)), a planilha verifica somente as validações relativas a erros de somatórios.
3. A **validação completa**, incluindo erros de somatório e os outros tipos de erro, somente é realizada quando o usuário apertar o botão “Finalizar” com a declaração já na área restrita do sistema com status “Rascunho”.
4. As mensagens de erro emitidas quando o sistema encontra alguma inconsistência na validação das fórmulas estão representadas por um código (“E_YXXX”) seguido da descrição do erro encontrado.
5. Todo código de erro começará com a letra E. A segunda letra do código identifica a natureza do erro. O primeiro número do código identifica o anexo do RGF onde o erro ocorreu (do 1 ao 6; 7, no caso de o erro estar relacionado a mais de um anexo).
6. Existem onze (11) tipos de mensagens de erro verificadas pelo Siconfi:

2ª letra do código de erro	ERRO	DESCRIÇÃO
A	Apuração de valor	Ocorre quando o cálculo feito entre campos do anexo não resulta num valor específico. Por exemplo: um campo de limite em relação à RCL (% RCL).
C	Conformidade	Ocorre quando o usuário carrega um arquivo de instância XBRL representando o RGF, e o valor contido num atributo não corresponde ao parâmetro estabelecido.
D	Diferença	Ocorre quando o valor informado num campo não é igual à diferença entre os valores de outros dois campos.
E	Equivalência de valores	Ocorre quando o valor informado num campo não é igual (ou não corresponde a percentual) ao informado em outro campo
L	Apuração de limites	Ocorre quando o valor informado não corresponde ao percentual correto.

M	Valor maior do que zero	Ocorre quando o valor informado no campo é menor ou igual a zero.
N	Preenchimento necessário	Ocorre quando um campo tiver que ser preenchido. Se a mensagem indicar a necessidade de preenchimento em todas as colunas, para colunas relativas a períodos futuros, informar zero.
P	Apuração do percentual	Ocorre quando o valor informado num campo não corresponde à divisão de um campo sobre outro (por exemplo: a RCL ajustada); ou quando um campo de limite não corresponde ao cálculo correto.
S	Somatório	Ocorre quando o valor informado em um campo não corresponde ao somatório entre diversos outros campos.
V	Campo vazio	Ocorre quando a célula especificada não tiver que receber valor, ou seja, a célula não tiver que ser preenchida nem mesmo com zero.
W	Condicional	Ocorre quando o saldo apurado num campo divergir da regra estabelecida. Por exemplo, quando o valor de "Disponibilidade de Caixa" (Anexo 2) for negativo, deverá ser informado na célula zero e na célula "Insuficiência Financeira" deverá informar o valor apurado na Disponibilidade de Caixa, mas sem o sinal negativo.

7. A lista de todos os erros e a forma de interpretar seus códigos constam do documento **REGRAS DE VALIDAÇÃO - RGF 2018**, disponível no endereço eletrônico abaixo:

<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=42>

8. Para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir os **principais erros de validação** que possuem uma maior complexidade e os que são comumente objeto de dúvida pelos usuários. Eles estão separados por anexo.

Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (principais erros)

[ED1001] – O valor informado no campo "DESPESA TOTAL COM PESSOAL (III) = (I - II)" não corresponde à diferença dos valores informados nos campos "DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)" e "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" do Quadro "Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos" do Anexo 1.

- ⇒ Esta regra se aplica aos entes que façam parte de consórcio público e que precisem demonstrar a execução dos valores transferidos ao consórcio para pagamento de despesas com pessoal.
- ⇒ Tabela 1.4 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal- Ente Consorciado.
- ⇒ Fórmula: (DTP) = (Despesa Bruta com Pessoal) – (Despesas Não Computadas)

[ED1002] - O valor informado no campo "DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)" não corresponde à diferença entre os valores informados nos campos "DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)" e "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" do Quadro "Despesa com Pessoal" do Anexo 1.

- ⇒ Esta regra se aplica aos estados, DF e municípios.
- ⇒ O erro pode ter ocorrido em uma ou mais das colunas "<MR-11>", "<MR-10>", "<MR-9>", "<MR-8>", "<MR-7>", "<MR-6>", "<MR-5>", "<MR-4>", "<MR-3>", "<MR-2>", "<MR-1>", "<MR>", "TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)" e "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)".

Despesa com Pessoal					INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	300,00	300,00	300,00	3.600,00	350,00
Pessoal Ativo	190,00	190,00	190,00	2.290,00	390,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	100,00	100,00	100,00	1.200,00	200,00
Obrigações Patronais	50,00	50,00	50,00	600,00	85,00
Benefícios Previdenciários	40,00	40,00	40,00	480,00	105,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	60,00	60,00	60,00	720,00	120,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	20,00	20,00	20,00	240,00	45,00
Pensões	20,00	20,00	20,00	240,00	35,00
Outros Benefícios Previdenciários	20,00	20,00	20,00	240,00	40,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	50,00	50,00	50,00	600,00	40,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	70,00	70,00	70,00	840,00	200,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5,00	5,00	5,00	60,00	5,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	15,00	15,00	15,00	180,00	75,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	20,00	20,00	20,00	240,00	65,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	30,00	30,00	30,00	360,00	55,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	230,00	230,00	230,00	2.760,00	350,00

[ED1003] - O valor informado no campo "DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I-II)" não corresponde à diferença entre os valores informados nos campos "DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)" e "DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)" do Quadro "Despesa com Pessoal" do Anexo 1.

- ⇒ Esta regra se aplica aos **consórcios públicos** em atendimento à Portaria STN nº 274/2016 que estabelece, para fins de transparência na gestão fiscal, que o consórcio público deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Consórcio Público
- ⇒ Tabela 1.5 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos.
- ⇒ Fórmula: (DTP) = (Despesa Bruta com Pessoal – Contrato de Rateio) – (Despesas Não Computadas – Contrato de Rateio).

[EL1001] - O valor informado no campo "**LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII)** (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)" deve ser igual a 90% do campo "**LIMITE MÁXIMO (VIII)** (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)" no Quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal" no Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

⇒ Esta regra se aplica à Tabela 1.0 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no Quadro “DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal”, na linha “LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)”.

⇒ **Deverão ser preenchidos os dois campos** referentes às colunas “Valor” e “% sobre a RCL Ajustada”, conforme abaixo:

a) Na primeira coluna (Valor), informar o **valor** numérico correspondente a 90% do valor informado para o Limite Máximo.

b) Na segunda coluna (% sobre a RCL Ajustada), informar o **percentual** do valor do Limite de Alerta em relação à RCL Ajustada (exemplo: se o percentual for 48,60%, informar na célula 48,60 (sem o sinal %)).

⇒ Fórmula: (Limite de Alerta) = (Limite Máximo) x 0,90

⇒ Arredondamento: o Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver itens 1 e 2 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo da figura abaixo: considerando o Limite Máximo de 1.369.184,15 (célula B43), no Limite de Alerta (célula B45) deverá ser colocada a fórmula “=ARRED(0,9*B43;2)”, que resultará no valor de 1.232.265,735 (arredondando-se, o valor que deverá aparecer no campo será 1.232.265,74).

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		2.670.781,54	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)		135.255,33	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		2.535.526,21	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa - IIIb)		1.322.879,48	52,17
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.369.184,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.300.724,94	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.232.265,74	48,60

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no [Fale Conosco](#), na página do Siconfi na Internet, relatando o problema e anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EL1002] - O valor informado no campo "**LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII)** (parágrafo único do art. 22 da LRF)" deve ser igual a 95% do campo "**LIMITE MÁXIMO (VIII)** (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)" no Quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal" no Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

⇒ Esta regra se aplica à Tabela 1.0 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal, no Quadro “DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal”, na linha “LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)”.

⇒ **Deverão ser preenchidos os dois campos** do “Valor” e do “% sobre a RCL Ajustada”, conforme abaixo:

a) Na primeira coluna (Valor), informar o **valor** numérico correspondente a 95% do valor informado para o Limite Máximo.

b) Na segunda coluna (% sobre a RCL Ajustada), informar o **percentual** do valor do Limite Prudencial em relação à RCL Ajustada. Exemplo: se o percentual for 51,30%, então deverá ser informado no campo 51,30.

⇒ Fórmula: (Limite Prudencial) = (Limite Máximo) x 0,95

⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo da figura abaixo: considerando o Limite Máximo de 1.369.184,15 (célula B43), no Limite Prudencial (célula B44) deverá ser colocada a fórmula “=ARRED(0,95*B43;2)”, que resultará no valor de 1.300.724,943 (arredondando-se, o valor que deverá aparecer no campo será 1.300.724,94).

	A	B	C
35	Rótulo: Padrão		
36	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
37		Valor	% sobre a RCL Ajustada
38	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
39	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.670.781,54	
40	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	135.255,33	
41	= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	2.535.526,21	
42	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa - IIIb)	1.322.879,48	52,17
43	LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.369.184,15	54,00
44	LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.300.724,94	51,30
45	LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.232.265,74	48,60

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[ES1001] - O valor informado no campo "DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP" do quadro "Apuração do Cumprimento do Limite Legal" não corresponde ao somatório dos campos "DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)" da coluna "DESPEASAS LIQUIDADAS (a)" e "DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)" da coluna

"DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)" do quadro "Despesa com Pessoal" do Anexo 1.

- ⇒ Esta regra se aplica à União, estados, DF e municípios.
- ⇒ Tabela 1.0 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal
- ⇒ Fórmula: DTP (quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal") = soma da Despesa Líquida com Pessoal das colunas "Despesas Liquidadas" e "Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados" (quadro "Despesa com Pessoal")
- ⇒ No exemplo abaixo: no quadro "Despesa com Pessoal", a Despesa líquida com pessoal da coluna "Despesas Liquidadas (a)" tem o valor de 970.306,64 e a Despesa líquida com pessoal da coluna "Despesas inscritas em Restos a Pagar Não processados (b)" tem o valor de 352.572,84. No quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal", a Despesa Total com Pessoal – DTP é a soma dos dois valores anteriores, resultando no valor de 1.322.879,48.

Rotulo: Padrao		
Despesa com Pessoal		
	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.296.789,42	689.070,84
Pessoal Ativo	1.511.725,36	357.847,25
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.000.000,00	200.000,00
Obrigações Patronais	311.725,36	100.000,00
Benefícios Previdenciários	200.000,00	57.847,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	496.322,11	233.259,74
Aposentadorias, Reserva e Reformas	300.000,00	153.259,74
Pensões	96.000,00	50.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	100.322,11	30.000,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	288.741,95	97.963,85
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.326.482,78	336.498,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	180.944,38	45.096,77
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	298.666,57	117.456,88
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	388.545,99	78.969,77
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	458.325,84	94.974,58
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	970.306,64	352.572,84

B42 : X ✓ fx =B30+C30		
A	B	C
32		
33	Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal	
34	Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
35	Rotulo: Padrão	
36	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
37	Valor	% sobre a RCL Ajustada
38	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
39	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.670.781,54
40	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	135.255,33
41	= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	2.535.526,21
42	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa - IIIb)	1.322.879,48
43	LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.369.184,15
44	LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.300.724,94
45	LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.232.265,74

[EV1001] - O campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL", na coluna "% sobre a RCL" do Quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal", não deve receber valor.

- ⇒ Esta regra se aplica à União
- ⇒ Tabela: Apuração do Cumprimento do Limite Legal
- ⇒ Na imagem a seguir: o campo em vermelho **não deve receber nenhum valor, nem mesmo zero (0,00)**. Deve ser deixado totalmente em branco.

[EV1002] - O campo "(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)", na coluna "% sobre a RCL Ajustada" do Quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal", não deve receber valor.

- ⇒ Esta regra se aplica aos estados, DF e municípios.
- ⇒ Na imagem abaixo: o campo em vermelho **não deve receber nenhum valor, nem mesmo zero (0,00)**. Deve ser deixado totalmente em branco.

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
Rótulo: Padrão		
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa - IIIb)		
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		

[EV1003] - O campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)", na coluna "% sobre a RCL Ajustada" do Quadro "DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal", não deve receber valor.

- ⇒ Esta regra se aplica aos estados, DF e municípios.
- ⇒ Na imagem abaixo: o campo em vermelho **não deve receber nenhum valor, nem mesmo zero (0,00)**. Deve ser deixado totalmente em branco.

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
Rótulo: Padrão		
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa - IIIb)		
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – DCL (principais erros)

[EL2001] - O valor informado no campo "**LIMITE DE ALERTA** (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)" deve ser 90% do valor informado no campo "**LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL**" no Quadro "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida".

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir em cada campo o valor numérico correspondente a 90% do valor informado no campo "LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL".
- ⇒ Fórmula: (Limite de Alerta) = (Limite Definido x 0,90)
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Limite Definido por Resolução do Senado Federal (célula B49) tem o valor de 1.783.885,92, o valor do Limite de Alerta representa 90% (0,9) do Limite Definido, ou seja, 1.605.497,328 (arredondando-se, o valor que deverá aparecer no campo será 1.605.497,33). Para isso, deve-se colocar na célula B50 a seguinte fórmula: =ARRED(0,9*B49;2).

A		B
17	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	
18		
19	Dívida Consolidada	
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00
21	Dívida Mobiliária	
22	Dívida Contratual	150.000,00
23	Empréstimos	150.000,00
24	Internos	150.000,00
25	Externos	
26	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	
27	Financiamentos	0,00
28	Internos	
29	Externos	
30	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00
31	De Tributos	
32	De Contribuições Previdenciárias	
33	De Demais Contribuições Sociais	
34	Do FGTS	
35	Com Instituição Não Financeira	
36	Demais Dívidas Contratuais	
37	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	
38	Outras Dívidas	
39	DEDUÇÕES (II)	16.000,00
40	Disponibilidade de Caixa	15.000,00
41	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00
42	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00
43	Demais Haveres Financeiros	1.000,00
44	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25
46	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	130,02
47	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15
48	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10
49	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39

[EN2001] - O campo "Precatórios Anteriores a 05/05/2000" na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida" deve ser preenchido em todas as colunas.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00). No exemplo da figura abaixo:** considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas (“Até o 2º Quadrimestre” e “Até o 3º Quadrimestre”) deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas.

18	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
21	Dívida Mobiliária				
22	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
23	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Internos	150.000,00	150.000,00		
25	Externos				
26	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
27	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Internos				
29	Externos				
30	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
31	De Tributos				
32	De Contribuições Previdenciárias				
33	De Demais Contribuições Sociais				
34	Do FGTS				
35	Com Instituição Não Financeira				
36	Demais Dívidas Contratuais				
37	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
38	Outras Dívidas				
39	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
41	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
42	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
43	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
44	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25		
46	% da DC sobre a RCL (II/RCL)	130,02	130,02		
47	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	118,15	118,15		
48	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30		
49	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
50	Outros Valores Não Integrantes da DC				
51	Precatórios Anteriores a 05/05/2000	24.399,75	23.125,64	0,00	0,00
52	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)				

[EN2002] - O campo "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida" deve ser preenchido em todas as colunas.

⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00). No exemplo da figura abaixo:** considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas (“Até o 2º Quadrimestre” e “Até o 3º Quadrimestre”) deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas.

18	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
21	Dívida Mobiliária				
22	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
23	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Internos	150.000,00	150.000,00		
25	Externos				
26	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
27	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Internos				
29	Externos				
30	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
31	De Tributos				
32	De Contribuições Previdenciárias				
33	De Demais Contribuições Sociais				
34	Do FGTS				
35	Com Instituição Não Financeira				
36	Demais Dívidas Contratuais				
37	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
38	Outras Dívidas				
39	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
41	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
42	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
43	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
44	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25		
46	% da DC sobre a RCL (II/RCL)	130,02	130,02		
47	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	118,15	118,15		
48	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30		
49	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
50	Outros Valores Não Integrantes da DC				
51	Precatórios Anteriores a 05/05/2000	24.399,75	23.125,64	0,00	0,00
52	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	26.645,18	49.144,08	0,00	0,00
53	Passivo Atuarial				

[EN2003] - O campo "DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)", na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida", deve ser preenchido em todas as colunas.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** No exemplo da figura abaixo: considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas.

17	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
22	Dívida Mobiliária				
23	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
25	Internos	150.000,00	150.000,00		
26	Externos				
27	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
28	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Internos				
30	Externos				
31	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	De Tributos				
33	De Contribuições Previdenciárias				
34	De Demais Contribuições Sociais				
35	Do FGTS				
36	Com Instituição Não Financeira				
37	Demais Dívidas Contratuais				
38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
39	Outras Dívidas				
40	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25		
47	% da DC sobre a RCL (III/RCL)	130,02	130,02		
48	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15	116,15		
49	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30		
50	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
51	Outros Valores Não Integrantes da DC				

[EN2004] - O campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL", na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida", deve ser preenchido em todas as colunas.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** No exemplo da figura abaixo: considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00).

17	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
21	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
22	Dívida Mobiliária				
23	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
25	Internos	150.000,00	150.000,00		
26	Externos				
27	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
28	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Internos				
30	Externos				
31	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	De Tributos				
33	De Contribuições Previdenciárias				
34	De Demais Contribuições Sociais				
35	Do FGTS				
36	Com Instituição Não Financeira				
37	Demais Dívidas Contratuais				
38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
39	Outras Dívidas				
40	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.384,25	115.385,25	0,00	0,00
47	% da DC sobre a RCL (II/RCL)	130,02	130,02		
48	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15	116,15		
49	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30		
50	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
51	Outros Valores Não integrantes da DC				

[EN2005] - O campo "DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)", na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida", deve ser preenchido em todas as colunas.

⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** No exemplo da figura abaixo: considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas.

17	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
21	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
22	Dívida Mobiliária				
23	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
25	Internos	150.000,00	150.000,00		
26	Externos				
27	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
28	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Internos				
30	Externos				
31	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	De Tributos				
33	De Contribuições Previdenciárias				
34	De Demais Contribuições Sociais				
35	Do FGTS				
36	Com Instituição Não Financeira				
37	Demais Dívidas Contratuais				
38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
39	Outras Dívidas				

[EN2006] - O campo "DEDUÇÕES (II)", na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida", deve ser preenchido em todas as colunas.

⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** No exemplo da figura abaixo: considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas.

29	Internos				
30	Externos				
31	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	De Tributos				
33	De Contribuições Previdenciárias				
34	De Demais Contribuições Sociais				
35	Do FGTS				
36	Com Instituição Não Financeira				
37	Demais Dívidas Contratuais				
38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
39	Outras Dívidas				
40	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25	0,00	0,00

[EN2014] - O campo "LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL", na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida", deve ser preenchido em todas as colunas.

⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** No exemplo da figura abaixo: considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00).

20	Dívida Consolidada				
21	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
22	Dívida Mobiliária				
23	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
25	Internos				
26	Externos				
27	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
28	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Internos				
30	Externos				
31	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
32	De Tributos				
33	De Contribuições Previdenciárias				
34	De Demais Contribuições Sociais				
35	Do FGTS				
36	Com Instituição Não Financeira				
37	Demais Dívidas Contratuais				
38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos				
39	Outras Dívidas				
40	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25	0,00	0,00
47	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	130,02	130,02		
48	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15	116,15		
49	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30	0,00	0,00
50	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
51	Outros Valores Não Integrantes da DC				

[EN2015] - O campo "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos" na "Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida" deve ser preenchido em todas as colunas.

⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.

⇒ **Para as colunas de períodos futuros, deve-se colocar nas células o valor de zero (0,00).** Considerando a elaboração do RGF do 1º Quadrimestre, as 2 últimas colunas ("Até o 2º Quadrimestre" e "Até o 3º Quadrimestre") deverão ter valor zero (0,00). Caso não haja informação para essa linha, colocar zero em todas as 4 colunas, como no exemplo abaixo.

17	Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
21	Dívida Mobiliária				
22	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
23	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Internos	150.000,00	150.000,00		
25	Externos				
26	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
27	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Internos				
29	Externos				
30	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
31	De Tributos				
32	De Contribuições Previdenciárias				
33	De Demais Contribuições Sociais				
34	Do FGTS				
35	Com Instituição Não Financeira				
36	Demais Dívidas Contratuais				
37	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas				
39	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
41	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
42	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
43	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
44	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25	0,00	0,00
46	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	130,02	130,02		
47	% da DCL sobre a RCL (II/RCL)	116,15	116,15		
48	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30	0,00	0,00
49	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
50	Outros Valores Não Integrantes da DC				
51					

[EP2001] - O valor informado na linha "% da DC sobre a RCL (I/RCL)" não equivale ao Percentual da DC sobre a RCL.

- ⇒ Inserir em cada campo do "% da DC sobre a RCL (I/RCL)" o percentual correspondente ao quociente do valor do campo "DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)" pelo valor informado no campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL".
- ⇒ Fórmula: (% da DC sobre a RCL) = (DC / RCL) x 100 [No exemplo da figura mostrada a seguir: DC (150.000,00) dividido pela RCL (115.364,25) e multiplicado por 100 = 130,02]
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que a Dívida Consolidada - DC (célula B21) tem o valor de 150.000,00 e a Receita Corrente Líquida - RCL (célula B46) tem o valor de 115.364,25, então, deve-se digitar na célula B47 a seguinte fórmula: =ARRED(B21/B46*100;2).

		Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
19	Dívida Consolidada				
20	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
21	Dívida Mobiliária				
22	Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
23	Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
24	Internos	150.000,00	150.000,00		
25	Externos				
26	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
27	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Internos				
29	Externos				
30	Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
31	De Tributos				
32	De Contribuições Previdenciárias				
33	De Demais Contribuições Sociais				
34	Do FGTS				
35	Com Instituição Não Financeira				
36	Demais Dívidas Contratuais				
37	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas				
39	DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
41	Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
42	(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
43	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
44	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
45	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25	0,00	0,00
46	% da DC sobre a RCL (III/RCL)	130,02	130,02		
47	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15	116,15		
48	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30	0,00	0,00
49	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
50	Outros Valores Não Integrantes da DC				

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema e anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EP2002] - O valor informado na linha "% da DCL sobre a RCL (III/RCL)" não equivale ao Percentual da DCL sobre a RCL.

⇒ Inserir em cada campo do "% da DCL sobre a RCL (III/RCL)" o percentual correspondente ao quociente do valor do campo "DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)" pelo valor informado no campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL".

⇒ Fórmula: (% da DCL sobre a RCL) = (DCL / RCL) x 100 [No exemplo da figura mostrada a seguir: DCL (134.000,00) dividido pela RCL (115.364,25) e multiplicado por 100 = 116,15]

⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que a Dívida Consolidada Líquida - DCL (célula B45) tem o valor de 134.000,00 e a Receita Corrente Líquida - RCL (célula B46) tem o valor de 115.364,25, então, deve-se digitar na célula B48 a seguinte fórmula: =ARRED(B45/B46*100;2).

Cálculo da Dívida Consolidada Líquida				
Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
Empréstimos	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
Internos	150.000,00	150.000,00		
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	15.000,00	15.000,00		
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.000,00	20.000,00		
(-) Restos a Pagar Processados	5.000,00	5.000,00		
Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	134.000,00	134.000,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	115.364,25	115.365,25	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	130,02	130,02		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	116,15	116,15		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	138.437,10	138.438,30	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	124.593,39	124.594,47		
Outros Valores Não Integrantes da DC				

[EW2001] - Se o saldo apurado para a linha "Disponibilidade de Caixa" for negativo, ou seja, se o total da "Disponibilidade de Caixa Bruta" for menor que os "(-) Restos a Pagar Processados", deve-se informar 0 (zero). O saldo negativo deve ser informado na linha "Insuficiência Financeira" sem o sinal de menos. Se o saldo apurado para a linha "Disponibilidade de Caixa" for positivo, o campo "Insuficiência Financeira" deve ser informado com 0 (zero).

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Tabela 2.0 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Estados, DF e Municípios, nas linhas "Disponibilidade de Caixa" e "Insuficiência Financeira".
- ⇒ **Os Restos a Pagar Processados não podem ser informados com valor negativo.** Os campos da linha "(-) Restos a Pagar Processados" devem ser iguais ou maiores do que zero. O sinal "(-)" indica somente que o valor informado será deduzido para o cálculo da linha "Disponibilidade de Caixa".
- ⇒ Os campos da linha "Disponibilidade de Caixa", "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Insuficiência Financeira" devem ser iguais ou maiores do que zero.
- ⇒ Os campos da linha "**Insuficiência Financeira**" sempre devem ser informados: 0,00 (zero) para o caso de ter valor positivo para a linha "Disponibilidade de Caixa"; ou o valor resultante da diferença da "Disponibilidade de Caixa Bruta" pelos "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)", mas sem sinal de menos (-). Para um melhor entendimento, ver os exemplos a seguir.
- ⇒ A forma de preenchimento dessa linha depende dos valores informados em uma das duas situações abaixo:

- 1) **Se o saldo apurado para a linha "Disponibilidade de Caixa" for positivo, o campo "Insuficiência Financeira" deve ser informado com 0 (zero).** O valor da "Disponibilidade de Caixa Bruta" é **maior** do que o valor informado na linha "(-) Restos a Pagar Processados": a linha "Disponibilidade de Caixa"

deverá informar a diferença da "Disponibilidade de Caixa Bruta" pelos “(-) Restos a Pagar Processados”. Nesse caso, a linha “Insuficiência Financeira” deverá informar o valor 0,00 (zero). Exemplo:

38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos		
39	Outras Dívidas		
40	DEDUÇÕES (II)	16.500,00	16.000,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.500,00	15.000,00
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	21.000,00	20.000,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.500,00	5.000,00
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	83.500,00	84.000,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
47	% da DC sobre a RCL (I/RCL)		
48	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)		
49	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL		
50	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
51	Outros Valores Não Integrantes da DC		
52	Precatórios Anteriores a 05/05/2000		
53	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)		
54	Passivo Atuarial		
55	Insuficiência Financeira	0,00	0,00
56	Depósitos e Consignações Sem Contrapartida		
57	RP Não-Processados		

Fórmula (para a situação 1): "Disponibilidade de Caixa" (15.000,00) = "Disponibilidade de Caixa Bruta" (20.000,00) - “(-) Restos a Pagar Processados” (5.000,00). “Insuficiência Financeira” = 0,00

- 2) Se o saldo apurado para a linha "Disponibilidade de Caixa" for negativo, ou seja, se o total da "Disponibilidade de Caixa Bruta" for menor que os “(-) Restos a Pagar Processados”, deve-se informar 0 (zero). O saldo negativo deve ser informado na linha "Insuficiência Financeira" sem o sinal de menos. O valor da "Disponibilidade de Caixa Bruta" (20.000,00) é **menor** do que o valor informado na linha “(-) Restos a Pagar Processados” (25.000,00): a linha "Disponibilidade de Caixa" deverá informar o valor 0,00 (zero). Neste caso, o saldo negativo (-5.000,00) deverá ser informado na linha “Insuficiência Financeira” sem sinal de menos (5.000,00).

38	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos		
39	Outras Dívidas		
40	DEDUÇÕES (II)	16.500,00	1.000,00
41	Disponibilidade de Caixa	15.500,00	0,00
42	Disponibilidade de Caixa Bruta	21.000,00	20.000,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	5.500,00	25.000,00
44	Demais Haveres Financeiros	1.000,00	1.000,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	83.500,00	99.000,00
46	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
47	% da DC sobre a RCL (I/RCL)		
48	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)		
49	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL		
50	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
51	Outros Valores Não Integrantes da DC		
52	Precatórios Anteriores a 05/05/2000		
53	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)		
54	Passivo Atuarial		
55	Insuficiência Financeira	0,00	5.000,00
56	Depósitos e Consignações Sem Contrapartida		
57	RP Não-Processados		

Fórmula (para a situação 2): "Disponibilidade de Caixa" = 0,00. “Insuficiência Financeira” = 5.000,00

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (principais erros)

[EL3001] - O valor informado no campo "LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)" não corresponde à 90% do valor informado no campo "LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL" no Quadro "Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas".

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo da União, estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir no campo o valor numérico correspondente a 90% do valor informado no campo "LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL".
- ⇒ Fórmula: (Limite de Alerta) = (Limite Definido) x 0,90
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Limite Definido por Resolução do Senado Federal (célula C31) tem o valor de 2.666.947,44 e a Receita Corrente Líquida – RCL (célula C29) tem o valor de 12.122.488,35, então, deve-se digitar na célula C32 (Limite de Alerta) a seguinte fórmula: =ARRED(0,9*C31;2).

C32			
=ARRED(0,9*C31;2)			
A	B	C	
14	Grupo: Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores		
15	Quadro: Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
16	Rótulo: Padrão		
17	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
18	Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO ATUAL
19			Até o 1º Quadrimestre
20			Até o 2º Quadrimestre
21	Garantias Concedidas		
22	EXTERNAS (I)	1.343.897,43	1.497.940,57
23	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	1.245.156,32	1.399.199,46
24	Outras Garantias nos Termos da LRF	98.741,11	98.741,11
25	INTERNAS (II)	924.716,83	1.130.476,29
26	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	788.962,51	994.721,97
27	Outras Garantias nos Termos da LRF	135.754,32	135.754,32
28	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	2.268.614,26	2.628.416,86
29	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.487.259,65	12.122.488,35
30	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)	16,82	21,68
31	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.967.197,12	2.666.947,44
32	LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)	2.670.477,41	2.400.252,70
33	Contragarantias Recebidas		
34	Contragarantias Recebidas		
35	EXTERNAS (V)	0,00	0,00
36	Aval ou Fiança em Operações de Crédito		

- ⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EP3001] - O valor informado no campo "% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)" não corresponde ao quociente entre os campos "TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)" e "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)".

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo da União, estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir no campo o percentual correspondente ao quociente do campo "TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)" pelo campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)".
- ⇒ Fórmula: $(\% \text{ Total Garantias}) = (\text{total Garantias Concedidas}) / (\text{RCL}) \times 100$
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Total das Garantias Concedidas (célula C32) tem o valor de 2.815.968,83 e a Receita Corrente Líquida – RCL (célula C33) tem o valor de 25.741.269,59, então, deve-se digitar na célula C34 (% do Total das Garantias sobre a RCL) a seguinte fórmula: =ARRED(C32/C33*100;2).

C34			
		=ARRED(C32/C33*100;2)	
A	B	C	
13			
14	Grupo: Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores		
15	Quadro: Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
16	Rótulo: Padrão		
17		Saldos das Garantias Concedidas e Contra	
18	Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO
19			Até o 1º Quadrimestre Até
20	Garantias Concedidas		
21	Garantias Concedidas		
22	AOS ESTADOS (I)	1.343.897,43	1.343.897,43
23	Em Operações de Crédito Externas	1.245.156,32	1.245.156,32
24	Em Operações de Crédito Internas	98.741,11	98.741,11
25	AOS MUNICÍPIOS (II)	924.716,83	924.716,83
26	Em Operações de Crédito Externas	788.962,51	788.962,51
27	Em Operações de Crédito Internas	135.754,32	135.754,32
28	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	430.431,70	430.431,70
29	Em Operações de Crédito Externas	155.446,59	155.446,59
30	Em Operações de Crédito Internas	274.985,11	274.985,11
31	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	116.922,87	116.922,87
32	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	2.815.968,83	2.815.968,83
33	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	25.741.269,59	25.741.269,59
34	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	10,94	10,94

- ⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito (principais erros)

[EA4001] - O valor informado no campo "Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária" na coluna "% SOBRE A RCL" do Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites" no Demonstrativo das Operações de Crédito não deve ser diferente de 7.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Digitar no campo "Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária" o valor de 7,00 (sete).
- ⇒ Fórmula: (Limite Definido para ARO) = 7,00

[EA4002] - O valor informado no campo "Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas" na coluna "% SOBRE A RCL" do Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites" no Demonstrativo das Operações de Crédito não deve ser diferente de 16.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Digitar no campo "Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas" o valor de 16,00 (dezesesseis).
- ⇒ Fórmula: (Limite Geral para Operações de Crédito) = 16,00

[EL4001] - O valor informado no campo "Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária", na coluna "VALOR", não corresponde à 7% do valor informado no campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL" no Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites" do Anexo 4.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir no campo "Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária" (coluna "Valor") o valor resultante de 7% da Receita Corrente Líquida (RCL).
- ⇒ Fórmula: (Limite Definido para ARO) = (RCL) x 0,07
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que a Receita Corrente Líquida – RCL (célula B46) tem o valor de 11.699.414,28, então, deve-se digitar na célula B52 (Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária) a seguinte fórmula: **=ARRED(0,07*B46;2)**.

B52			=ARRED(0,07*B46;2)	
	A	B	C	
38				
39				
40	Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios			
41	Quadro: Apuração do Cumprimento dos Limites			
42	Rótulo: Padrão			
43	Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites		
44		VALOR	% SOBRE A RCL	
45	Apuração do Cumprimento dos Limites			
46	Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	11.699.414,28		
47	Operações Vedadas (V)	255.914,18	2,19	
48	Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	2.057.600,00	17,59	
49	Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	1.871.906,28	16,00	
50	Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.684.715,65	14,40	
51	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00	
52	Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	818.959,00	7,00	

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema e anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EL4002] - O valor informado no campo "**Limite Geral** Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas" não corresponde à 16% do valor informado no campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL" no Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites" do Anexo 4.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir no campo "Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas" (coluna "Valor") o valor resultante de 16% da Receita Corrente Líquida (RCL).
- ⇒ Fórmula: (Limite Geral para Operações de Crédito) = (RCL) x 0,16
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que a Receita Corrente Líquida – RCL (célula B46) tem o valor de 11.699.414,28, então, deve-se digitar na célula B49 (Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas) a seguinte fórmula: **=ARRED(0,16*B46;2)**.

B49 : X ✓ fx =ARRED(0,16*B46;2)

	A	B	C
38			
39			
40	Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios		
41	Quadro: Apuração do Cumprimento dos Limites		
42	Rótulo: Padrão		
43	Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
44		VALOR	% SOBRE A RCL
45	Apuração do Cumprimento dos Limites		
46	Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	11.699.414,28	
47	Operações Vedadas (V)	255.914,18	2,19
48	Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	2.057.600,00	17,59
49	Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	1.871.906,28	16,00
50	Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.684.715,65	14,40
51	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
52	Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	818.959,00	7,00
53			

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EL4003] - O valor informado no campo "**LIMITE DE ALERTA** (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)" não corresponde à 90% do "Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas" no Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites" do Anexo 4.

- ⇒ Esta regra se aplica ao Poder Executivo dos estados, DF e municípios.
- ⇒ Inserir no campo o valor numérico correspondente a 90% do valor informado no campo "LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL".
- ⇒ Fórmula: $(\text{Limite de Alerta}) = (\text{Limite Definido}) \times 0,90$
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas (célula B49) tem o valor de 1.871.906,28, então, deve-se digitar na célula B50 (Limite de Alerta) a seguinte fórmula: **=ARRED(0,9*B49;2)**.

B50 : $\text{=ARRED}(0,9*B49;2)$

	A	B	C
38			
39			
40	Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios		
41	Quadro: Apuração do Cumprimento dos Limites		
42	Rótulo: Padrão		
43	Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
44		VALOR	% SOBRE A RCL
45	Apuração do Cumprimento dos Limites		
46	Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	11.699.414,28	
47	Operações Vedadas (V)	255.914,18	2,19
48	Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	2.057.600,00	17,59
49	Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	1.871.906,28	16,00
50	Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.684.715,65	14,40
51	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
52	Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	818.959,00	7,00

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EP4006] - O valor informado no campo "TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia -IIa)" da coluna "% SOBRE A RCL" não corresponde ao quociente de "TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)= (IIIa + V - Ia -IIa)" da coluna "VALOR" e "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)".

⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (célula B48) tem o valor de 2.057.600,00 e a Receita Corrente Líquida – RCL (célula B46) tem 11.699.414,28, então, deve-se digitar na célula C48 (Limite Considerado na coluna % Sobre a RCL) a seguinte fórmula: **=ARRED(B48/B46*100;2)**.

C48 : $\text{=ARRED}(B48/B46*100;2)$

	A	B	C
41	Quadro: Apuração do Cumprimento dos Limites		
42	Rótulo: Padrão		
43	Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
44		VALOR	% SOBRE A RCL
45	Apuração do Cumprimento dos Limites		
46	Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	11.699.414,28	
47	Operações Vedadas (V)	255.914,18	2,19
48	Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	2.057.600,00	17,59
49	Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	1.871.906,28	16,00
50	Limite de Alerta (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.684.715,65	14,40
51	Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
52	Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	818.959,00	7,00

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EP4007] - O valor informado no campo "LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)" da coluna "% SOBRE A RCL" não corresponde ao quociente do "LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)" da coluna "VALOR" e "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)".

⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)). No exemplo abaixo: considerando que o Limite de Alerta (célula B50) tem o valor de 1.684.715,65 e a Receita Corrente Líquida – RCL (célula B46) é igual a 11.699.414,28, então, deve-se digitar na célula C50 (Limite de Alerta na coluna % Sobre a RCL) a seguinte fórmula: **=ARRED(B50/B46*100;2)**.

Apuração do Cumprimento dos Limites		
VALOR	% SOBRE A RCL	
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	11.699.414,28	
Operações Vedadas (V)	255.914,18	2,19
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIa + V - IIa)	2.057.600,00	17,59
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas	1.871.906,28	16,00
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.684.715,65	14,40
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	818.959,00	7,00

⇒ Se mesmo após essas orientações, o erro persistir, sugere-se abrir questionamento no **Fale Conosco**, na página do Siconfi na Internet (menu Ajuda), relatando o problema, anexando a planilha Excel contendo os dados da declaração e a cópia da tela do Siconfi onde aparece o erro.

[EV4001] -O campo "RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL" na coluna "% sobre a RCL" do Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites", não deve receber valor.

⇒ Quando a mensagem de erro indicar que o campo não deve receber valor, isso significa que não se deve digitar na célula nem mesmo zero ou 100,00, devendo, portanto, deixá-la VAZIA.

⇒ **[EN4011]** - O campo "Operações Vedadas (V)", no Quadro "Apuração do Cumprimento dos Limites", deve ser preenchido em todas as colunas. Inserir nas duas colunas: o valor numérico das operações de crédito vedadas (coluna VALOR) e o percentual correspondente (% SOBRE A RCL).

⇒ Mesmo se o valor for zero (0,00), as duas colunas deverão informar isso, conforme exemplo abaixo:

Grupo: Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Estados, DF e Municípios		
Quadro: Apuração do Cumprimento dos Limites		
Rótulo: Padrão		
Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites		
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)		
Operações Vedadas (V)	0,00	0,00
Total Considerado para Fins da Apuração do Cumprimento do Limite (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)		
Limite Geral Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite de Alerta(inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para as Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (principais erros)

⇒ **FONTES DE RECURSOS:** Para o RGF relativo ao exercício de **2018**, o cadastramento das **FONTES DE RECURSOS** já está previamente definido pelo Siconfi, conforme abaixo:

Estados, DF e municípios:

Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Transferências do FUNDEB 60%

Transferências do FUNDEB 40%

Outros Recursos Destinados à Educação

Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Outros Recursos Destinados à Saúde

Recursos Destinados à Assistência Social

Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário

Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro

Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)

Recursos de Alienação de Bens/Ativos

Outras Destinações Vinculadas de Recursos

União:

Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação

Outros Recursos Destinados à Educação

Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

Outros Recursos Destinados à Saúde

Recursos Destinados à Assistência Social

Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário

Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro

Recursos destinados ao RGPS

Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)

Recursos de Alienação de Bens/Ativos

Outras Destinações Vinculadas de Recursos

⇒ **CONSÓRCIOS PÚBLICOS:** No caso dos entes que tenham participação em consórcios públicos, e que seja verificada insuficiência de caixa no consórcio público atribuída ao ente consorciado com base no contrato de rateio, deverá ser preenchida a coluna “INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)”. Os valores que forem inseridos nos campos dessa coluna **NÃO** deverão ser negativos (expressos com sinal de “-”).

A	D	E	F	G	H					
						Disponibilidade de Caixa				
						Disponibilidade de Caixa				
						OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)
Restos e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)								
Do Exercício (c)										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação										
Transferências do FUNDEB 60%										
Transferências do FUNDEB 40%										
Outros Recursos Destinados à Educação										
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde										
Outros Recursos Destinados à Saúde										
Recursos Destinados à Assistência Social										
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário										
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outras Destinações Vinculadas de Recursos										
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos Ordinários										
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					

[ED5001] - Os valores informados na coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)" não corresponde à diferença entre os valores informados nas colunas "DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)", "De Exercícios Anteriores (b)", "Do Exercício (c)", "Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)", "Demais Obrigações Financeiras (e)" e "INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)" no Quadro "Disponibilidade de Caixa" do Anexo 5.

⇒ **Obs.:** Os campos das colunas acima somente deverão receber **valores iguais ou maiores do que zero**. A única coluna em que podem aparecer valores negativos é na "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) - f)".

A	D	E	F	G	H					
						Disponibilidade de Caixa				
						Disponibilidade de Caixa				
						OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)
Restos e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)								
Do Exercício (c)										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação										
Transferências do FUNDEB 60%										
Transferências do FUNDEB 40%										
Outros Recursos Destinados à Educação				10.000,00						
Recetas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde										
Outros Recursos Destinados à Saúde										
Recursos Destinados à Assistência Social										
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário										
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro										
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Outras Destinações Vinculadas de Recursos										
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recursos Ordinários										
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00					

[EV5001] - O campo "Transferências do FUNDEB 60%" do Quadro "Disponibilidade de Caixa" não deve receber valor.

⇒ Esta regra se aplica ao RGF elaborado pelas **Defensorias Públicas**.

⇒ Quando a mensagem de erro indicar que o campo não deve receber valor, isso significa que não se deve digitar na célula nem mesmo zero, devendo, portanto, deixá-la **VAZIA**.

[EV5002] - O campo "Transferências do FUNDEB 40%" do Quadro "Disponibilidade de Caixa", não deve receber valor.

⇒ Esta regra se aplica ao RGF elaborado pelas **Defensorias Públicas**.

⇒ Quando a mensagem de erro indicar que o campo não deve receber valor, isso significa que não se deve digitar na célula nem mesmo zero, devendo, portanto, deixá-la **VAZIA**.

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal (principais erros)

- ⇒ Os erros de validação se referem à incompatibilidade do valor informado no Anexo 6 em relação ao mesmo item no Anexo específico do RGF.
- ⇒ O Siconfi está configurado para receber valores de até **2 casas decimais**. Caso sua planilha apresente valores com três ou mais casas decimais, gerando incompatibilidade de arredondamento entre o Siconfi e outras fontes de cálculo (Excel, calculadoras, importação, etc), sugere-se o uso da **fórmula ARRED** (ver item 6 das [Orientações Gerais de Preenchimento](#)).

[EE7002] - O valor informado no campo "DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)" na coluna "VALOR" no Anexo 1 deve ser igual ao valor informado no campo "Despesa Total com Pessoal - DTP" na coluna "VALOR" no Anexo 6.

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		Valor	% sobre a RCL Ajustada
Rótulo: Padrão			
36	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
37			
38	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal		
39	RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	11.299.545,37	
40	(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	159.646,78	
41	= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	11.139.898,59	
42	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	5.298.312,60	47,56
43	LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.015.545,24	54,00
44	LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.714.767,98	51,30
45	LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.413.990,72	48,60
46			
47			
48	Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
49	Quadro: Notas Explicativas		
50	Rótulo: Padrão		

Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal		Valor Realizado no Período	
Quadro: Despesa com Pessoal		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Rótulo: Padrão			
27	Despesa com Pessoal		
28			
29	Despesa com Pessoal		
30	Despesa Total com Pessoal - DTP	5.298.312,60	47,56
31	Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	6.015.545,24	54,00
32	Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	5.714.767,98	51,30
33			
34			
35	Grupo: Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal		
36	Quadro: Dívida Consolidada		
37	Rótulo: Padrão		
38			